

## A natureza dos processos históricos na Antropologia: o estudo da mudança cultural

FREDERICK GOMES ALVES\*

### Resumo

Este trabalho pretende discutir a importância da investigação dos processos históricos na ciência antropológica. Uma vez que esta ciência tem como princípio o estudo da cultura, ela não pode se isentar, ou mesmo deixar de lado, a questão da mudança cultural, uma vez que tal mudança ocorre no decurso temporal de uma história. Assim, buscar-se-á refletir sobre o papel que os processos históricos desempenharam nas teorias antropológicas de quatro importantes figuras da história da antropologia: Edward B. Tylor, Franz Boas, Eric Wolf e Marshall Sahlins.

**Palavras-chave:** eventos históricos; dinâmica social; culturas; teoria antropológica.

### Abstract

This paper intends to discuss the importance of investigation of the historical processes in anthropological science. Since this science has as principle the study of culture it cannot ignore, or even leave aside, the question of cultural change once such change occurs in the time course of a history. Thus it will seek to reflect on the role that historical processes had played in the anthropological theories of four relevant figures of the history of anthropology: Edward B. Tylor, Franz Boas, Eric Wolf e Marshall Sahlins.

**Key words:** historical events; social dynamics; cultures; anthropological theory.



\* **FREDERICK GOMES ALVES** é doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e bolsista CAPES.

## 1. Introdução: Antropologia, a ciência do Outro

O objetivo deste texto é refletir sobre a importância de a investigação antropológica focalizar os processos históricos a partir da percepção das mudanças culturais por que passam os diversos povos através de suas interações sociais. A cultura humana se expressa por meio da interação entre indivíduo, sociedade e meio ambiente, seu produto se diversifica ao longo do tempo, e esta diversidade permite traçar os caminhos pelos quais a cultura de cada povo se movimenta. Seu resultado é um processo histórico heurísticamente acessível para uma antropologia que reconheça os preceitos básicos defendidos por Franz Boas, isto é, uma Antropologia Histórica.

É pertinente começar tal consideração pela história disciplinar da ciência antropológica, uma vez que a história de toda ciência fornece elementos chave para a percepção de seus fundamentos e princípios, bem como para o levantamento de questões atuais a cada uma das ciências, sendo possível o esclarecimento de problemas científicos à luz da história das ciências. Esta afirmação radica-se naquilo que será a perspectiva diretriz do presente trabalho, a saber, a relação entre antropologia e história.

Numa comunicação de 1904 para o Congresso Internacional de Arte e Ciência, intitulada *A história da antropologia*, Boas traça as linhas gerais daquilo que seria seu ofício e o de tantos outros pensadores interessados nos fenômenos da cultura. Para ele:

As descrições de Heródoto mostram que até entre as nações da Antiguidade, apesar de sua civilização centrada em si mesma, esse interesse [pelos costumes e aparências do outro] não estava

ausente. As narrativas dos viajantes da Idade Média despertavam a curiosidade de seus contemporâneos. A literatura da conquista espanhola da América está repleta de observações sobre os costumes dos nativos do Novo Mundo. Mas não há vestígios da ideia de que essas observações poderiam ser transformadas em objeto de tratamento científico. Eram e continuavam a ser curiosidades. Só quando sua relação com a nossa civilização se tornou objeto de pesquisa estabeleceram-se as fundações da antropologia. (BOAS, 2004, p. 42)

Assim, a antropologia tem como característica fundamental o tratamento científico da relação entre duas ou mais culturas, dito de outra forma, da relação entre as variadas culturas com aquela que é própria do antropólogo. É somente nesta relação que a antropologia pode se estabelecer enquanto tal, de modo que toda simples consideração descritiva de costumes e aparências diversas não passa de satisfação de curiosidades, sendo impossível a produção do conhecimento científico com isto, algo que, para os interesses da sociedade ocidental do século XIX, não devia ser o foco da atenção. Tratava-se então, no século XIX, no momento de formação da antropologia, de produzir um saber sobre a relação com o outro – um saber antropológico, portanto –, e este saber antropológico carecia de legitimação científica para ser reconhecido enquanto tal pela sociedade.

Não faltaram esforços dos primeiros antropólogos para atribuir à antropologia os elementos já reconhecidos e legitimados daquilo que seria uma ciência, acima de tudo, a submissão dos dados empíricos a leis, eternas e imutáveis. Um caso emblemático disto foi Herbert Spencer ao incorporar a teoria positivista comteana ao estudo da

sociedade com sua conhecida Física Social (CASTRO, 2005). Não obstante, ainda neste momento fundacional da antropologia, a percepção dos processos históricos levava à compreensão dos mesmos enquanto caracteristicamente mutáveis, as culturas eram concebidas em relação, e tal relação sempre pressupunha mudança cultural. Senão vejamos.

Eric Wolf, em artigo intitulado *As perspectivas globais na antropologia: problemas e possibilidades*, apresenta dois estágios iniciais da antropologia, em ambos é possível perceber a presença da mudança cultural e do caráter fundamental de se interpretar antropologicamente os processos históricos. O primeiro estágio da antropologia seria o da antropologia evolucionista do final do século XIX, que postulava a unidade da humanidade e um caminho racional até o progresso (WOLF, 2001). Como bem esclarece Boas no texto sobre a história da antropologia, este estágio foi a versão antropológica das filosofias da história que tiveram papel marcante no final do século XVIII, o que situa a antropologia evolucionista um século mais tarde dos debates sobre filosofia da história. Em síntese, a tentativa de se projetar, ainda que de modo especulativo, um sentido único para a história da humanidade, bem como para o desenvolvimento da cultura, estava já superada nos círculos intelectuais da ciência histórica e também da filosofia, mas era algo ainda fortemente discutido pelos círculos em que o debate antropológico se fazia presente.

Já no final do século XIX e nos princípios do século XX inaugura-se o segundo estágio da antropologia, o difusionista; este também postulava uma humanidade comum, mas a pensava fora de uma linha evolutiva, colocando em

seu lugar contatos e interações culturais que constituíam as múltiplas culturas (WOLF, 2001). Esta segunda posição, que é claramente crítica da postura evolucionista na antropologia, aproximase do pensamento de Boas, embora este aponte algumas reservas à perspectiva difusionista, sobretudo em suas acepções radicais, o hiperdifusionismo.

## 2. Quatro perspectivas sobre a mudança cultural

Tendo a história da antropologia sido aqui minimamente esboçada, ainda que em suas fases iniciais, pode-se partir para uma maior consideração da questão do estudo dos processos históricos. Isto será feito em quatro momentos distintos: em primeiro lugar será levantada a questão no importante ensaio de Edward B. Tylor *A ciência da cultura*, de 1871, que se inscreve na perspectiva da antropologia evolucionista; em seguida, o tema será considerado através de alguns apontamentos que podem ser feitos a partir do artigo de Eric Wolf *Cultura, panacéia ou problema?*, de 1984; uma reflexão sobre o estudo dos processos históricos não poderia deixar de lado as importantes considerações de Marshall Sahlins, sobretudo em seu famoso *Ilhas de história*, de 1987, que aqui será tomado exclusivamente em sua introdução, por possuir caráter mais teórico, condizente com a proposta deste trabalho; por fim, e com o intuito de fechar as considerações, articulando-as todas com esta parte final, será levado a cabo uma reflexão tendo-se por base alguns textos de Franz Boas publicados originalmente em seu famoso *Race, Language and Culture*, de 1940, e que foram traduzidos e reunidos por Celso Castro na coletânea *Antropologia cultural*.

## 2.1. Edward B. Tylor, causação interna e aquisição cultural

Edward B. Tylor começa seu texto com a seguinte afirmação:

Cultura ou Civilização, tomada em seu mais amplo sentido etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade. (TYLOR, in: CASTRO, 2005, p. 31)

O que deve ser ressaltado de tal consideração é o fato deste complexo chamado cultura incluir um conjunto de capacidades e hábitos *adquiridos* pelo homem. Ora, se cultura é um complexo de coisas adquiridas, então ele já ressalta, nos primórdios da Antropologia, a importância da mudança histórica. A cultura é fruto de processos históricos em que, entre outras coisas, o indivíduo adquire características ao interagir em sociedade.

Desta maneira, não parece plausível a afirmação, corrente em muitos círculos antropológicos e históricos, de que as sociedades primitivas seriam a-históricas, e de que estariam mesmo estacionadas num limbo cultural sem qualquer horizonte de mudanças. O próprio conceito de cultura já implica mudança, transformação, movimento, história. Mesmo que seja simplesmente a história de como a cultura demarca o passo adiante dado pela humanidade em relação à natureza. Mas, uma vez que seja algo adquirido, não pode ser pensado como sendo uma questão de menor importância, o processo de aquisição de capacidades e hábitos culturais, seja pelo indivíduo ou pela sociedade, é já um processo histórico. E sua consideração histórica pode fornecer dados fundamentais para a compreensão

da cultura, inclusive das ditas culturas primitivas.

Mas estes processos históricos são de causação humana ou natural? É preciso aprofundar no texto de Edward B. Tylor para aproximar-se da resposta. O autor prossegue considerando as causas da ação humana, isto é, dos elementos que originam os processos históricos.

Felizmente, não é necessário ampliar aqui a lista de dissertações sobre intervenção sobrenatural e causação natural, sobre liberdade, predestinação e responsabilização. Podemos avidamente escapar das regiões da filosofia transcendental e da teologia para começar uma jornada mais promissora por caminhos mais viáveis. Ninguém negará que causas definidas e naturais de fato determinam, em grande medida, a ação humana e isso o homem sabe, pela evidência de sua própria consciência. Então, deixando de lado considerações de interferência extranatural e espontaneidade não causal, tomemos essa admitida existência de causa e efeito naturais como nosso terreno firme, e andemos sobre ele enquanto nos der apoio. (TYLOR, in: CASTRO, 2005, p. 32)

Portanto, a ação humana não é espontânea, ou seja, sem causa; também não é possível, a partir de princípios científicos, encontrar evidências de interferências sobrenaturais ou transcendentais. Logo, a ação humana assume a forma de uma estrutura cuja dinâmica são as causas e efeitos internos, observáveis e formuláveis em leis, estando incluída aí a ação humana de aquisição de capacidades e hábitos na interação social.

Com isso, tem-se que, os processos históricos possuem causas definidas e naturais, restando saber se são internos ou externos aos povos. Pela definição no

início do texto, Tylor parece seguir defendendo a posição de que a causa dos processos históricos é interna à cultura, uma vez que a cultura é adquirida pelo homem *na condição de membro da sociedade*, a sua sociedade; o autor não se refere às sociedades em geral, tampouco a uma suposta sociedade humana.

Sucede que para o estudo da, nas palavras de Tylor, ciência da cultura, a natureza dos processos históricos situa-se na busca das causas definidas e naturais da ação humana, sendo, sobretudo, observáveis na interação social de seus indivíduos nos múltiplos processos de aquisição de costumes, leis, moral, crença, arte, conhecimento, etc. Neste sentido, pode-se caracterizar processos históricos, no pensamento de Edward B. Tylor, como a mudança cultural de um estágio anterior, em que os elementos culturais não estavam presentes, para um estágio posterior, no qual os elementos culturais foram adquiridos.

Para finalizar esta rápida passagem pelo pensamento tyloriano, é interessante notar os conceitos que corporificam sua teoria antropológica, que pode ser vista como um estudo dos processos históricos através da consideração da aquisição de certos elementos que formam o complexo cultural. Ele afirma: “Progresso, degradação, sobrevivência, renascimento e modificação são, todos eles, aspectos da conexão que liga a complexa rede da civilização.” (TYLOR, in: CASTRO, 2005, p. 40). Todos estes conceitos são formas distintas de processos históricos, todos eles caracterizam a relação entre um antes e um depois entre os quais ocorre uma mudança cultural, ainda que seja uma mudança que vincule diferentes povos e culturas no todo que configura e

caracteriza a antropologia evolucionista, a saber, a cultura humana.

## 2.2. Eric Wolf e a autonomia dos povos *com história*

Foi dito acima que há uma série de pensadores, não apenas antropólogos, mas também sociólogos e historiadores, que possuem uma visão de mundo na qual as sociedades primitivas estão paradas no tempo, vivendo numa região intocada pela história, estática há milhares de anos. Pois bem, o antropólogo Eric Wolf traça uma série de considerações que auxiliam a desconstruir, ou no mínimo problematizar, tais concepções que são atribuídas a certas sociedades ditas primitivas. Em primeiro lugar nesta denominação estão os povos das Américas e do continente africano antes da chegada dos europeus. Por décadas estudou-se estes povos e suas culturas como se os mesmos estivessem parados no tempo, sendo portanto a pré-história da própria civilização europeia, os estágios selvagem e bárbaro da cultura humana, sendo os europeus os únicos a se encontrarem no estágio civilizado. Mas o estudo das sociedades primitivas devia ser feito com urgência, uma vez que elas estavam se extinguindo pelo contato com o europeu; eram sociedades a-históricas que começavam a ter uma história, pois o europeu passou a introduzir elementos ocidentais em tais sociedades; logo, a civilização europeia, como motor da história, estava girando as engrenagens, colocando em movimento as sociedades americanas e africanas, levando-as assim à sua inexorável destruição, ao desaparecimento de sociedades primitivas pelo contato cultural com os civilizados, os promotores dos processos históricos. Ao contrário desta visão pessimista da cultura, Eric Wolf

evidencia a presença de mudanças culturais nos povos americanos e africanos antes da chegada dos europeus, ou seja, havia nestas culturas, história; pelo que foi apontado a partir do texto de Tylor, só pelo fato de ser cultura, já está presente uma série de processos históricos que retratam a mudança cultural. Wolf afirma:

Lá [na África], a expansão do tráfico negreiro proporcionou o surgimento de organizações sociais e empresas que deviam suas origens e características distintivas a sua função no tráfico. Não estou dizendo que o desenvolvimento político e a iniciativa comercial na África tinham de esperar a chegada dos europeus: absolutamente. Havia arranjos políticos complexos e redes de comércio que facilitavam o fluxo de bens – com certeza, do ouro e de um grande número de escravos – da zona de florestas tropicais para o litoral do Mediterrâneo e do oceano Índico. O advento dos europeus nas costas da África ocidental canalizou alguns desses fluxos para o Atlântico. Mas deve-se observar que o tráfico negreiro atlântico deixou a captura, o transporte e a manutenção dos escravos, em larga medida, para entidades políticas e econômicas locais. (WOLF, 2003, p. 295)

Apesar de ressaltar a influência europeia na configuração e no direcionamento futuros do tráfico negreiro africano, Wolf deixa claro o que para muitos sempre permaneceu obscuro, as sociedades africanas, mesmo antes da chegada dos europeus, eram sociedades complexas, com arranjos políticos e redes de comércio bastante intrincados, além de várias destas sociedades terem autonomia. Este tipo de percepção impede a caracterização de tais sociedades como primitivas, carentes do motor da história europeu. Também não é possível imaginar que tais

complexidades políticas e comerciais tenham surgido do nada, que tais sociedades tenham brotado na África e neste nível de desenvolvimento. Assim como há um amplo conjunto de processos históricos que esclarecem a história da cultura ocidental, há também um amplo conjunto de processos históricos que permitem traçar as linhas de desenvolvimento das variadas sociedades presentes no continente africano, cabendo aos pesquisadores (antropólogos, historiadores, etc.) focalizar tais processos de mudança cultural para lançar luz na história e na cultura destes distintos povos.

Ainda sobre a forma de se lidar com as sociedades africanas, Wolf apresenta o problema inerente à prática de se tratar os grupos tribais como unidades analíticas estanques, isto é, sem articulações mútuas e excluídas de processos históricos.

Uma vasta literatura antropológica usou entidades como essas [grupos tribais] para construir tipologias de sistemas políticos africanos ou classificá-las como passos independentes de uma sequência evolutiva, como se fossem estáticas, eternas e independentes de qualquer processo histórico. Porém, elas serão mais bem compreendidas como efeitos e causas, agentes e vítimas de processos de expansão política e econômica (...). (WOLF, 2003, p. 296)

As sociedades “primitivas” africanas foram, durante longo tempo, compreendidas como universos culturais estanques, como entidades, sendo-lhes negada assim qualquer dinamismo e processualidade histórica. O problema parece não estar na investigação a partir da categoria analítica de grupos tribais, mas sim em não se perceber tais grupos como estágios provisórios, inseridos no interior de um conjunto de processos

históricos ou, dito de outra forma, como grupos tribais cujos elementos culturais, costumes, religião, língua, arte, conhecimento, possuem historicidades e que só através da investigação destas, enquanto processos históricos, será possível perceber as relações entre os distintos grupos. E aí já não se reduz a uma percepção paroquialista das culturas, limitando-se a uma investigação dos grupos tribais excluindo-se as relações intercontinentais. Wolf, apesar de demonstrar a complexidade dos povos africanos, não deixa de perceber o quanto as relações com os europeus são decisivas na investigação da mudança cultural do processo de tráfico negreiro. E aqui pode-se ir mais além, inserindo-se o papel decisivo das sociedades americanas neste processo. Este caminho pode ser ampliado, desde o ponto de vista de uma abordagem cosmopolita, e assumir o caráter de uma investigação global dos processos históricos da mudança cultural. Tal ampliação é aludida por Wolf: “Em lugar de unidades separadas e estáticas, claramente limitadas, devemos portanto tratar de campos de relações dentro das quais conjuntos culturais são reunidos e desmembrados.” (WOLF, 2003, p. 299). O que fica desta crítica das entidades culturais estanques é a percepção básica de que toda cultura só existe em relação com outras. Em termos ideais, o conjunto mais amplo deste campo de relações seria um campo de nível global, que poderia ser aludido a partir da intensificação das relações dos grupos culturais através da formação de um sistema mundial mediante a expansão europeia em meados do século XV.

Este sistema é mundial porque não reduz o papel dos povos americanos, africanos, do pacífico sul e asiáticos ao de simples figurantes da história da modernidade europeia. Como bem apontou Wolf,

sobretudo em seu livro *Europa e os povos sem história*, de 1982, cada um destes campos de relações, mais ou menos circunscritos ao nível continental, se articulou, a partir do século XV, numa ampla rede que intensificou o ritmo das mudanças culturais em todos os povos, europeus ou não; decisivo é a percepção do protagonismo de cada um destes grupos culturais, que não apenas reagem, passivamente, às mudanças externas, mas sobretudo produzem mudanças próprias, como no caso do tráfico negreiro.

### 2.3. Marshall Sahlins, o protagonismo das culturas locais

Pensamento semelhante é assumido por Marshall Sahlins. Embora seja um crítico da teoria do sistema mundial, ele não deixa de perceber as relações interculturais a nível mundial, nem seus efeitos para a mudança cultural levada a cabo nos processos históricos. Na introdução ao seu *Ilhas de história* ele afirma:

Tenho observado entre teóricos do “sistema mundial” a seguinte proposição: dado que as sociedades tradicionais [ou primitivas] que os antropólogos habitualmente estudam são submetidas a mudanças radicais, impostas externamente pela expansão capitalista ocidental, não é possível manter a premissa de que o funcionamento dessas sociedades está baseado numa lógica cultural autônoma. Essa proposição resulta de uma confusão entre um sistema aberto e a total ausência de sistema, tornando-nos incapazes de dar conta da diversidade de respostas locais ao sistema mundial, em especial daquelas que conseguem persistir em seu rastro. (SAHLINS, 2003, p. 8)

Ora, esta posição traduz-se na defesa do protagonismo histórico das sociedades

não europeias. Ainda que elas sofram uma influência europeia, e uma influência por vezes nada sutil, tal influência não elimina as respostas locais à esta força mundial. Mesmo estando atrelados, como sociedades alinhadas ou resistentes, à expansão mundial, estas sociedades continuam mantendo sua lógica cultural autônoma, e seu protagonismo na ocorrência dos processos históricos. Eles, os processos históricos, precisam ser estudados enquanto suportes dos processos de mudança cultural neste movimento de alinhamento ou resistência a forças externas e de adequação e inovação de forças internas. Como Sahlins argumenta, é preciso uma investigação antropológica em que se perceba as sociedades como sistemas abertos, e não ausentes de sistema. Esta afirmação se articula com a percepção de Sahlins de que toda sociedade possui elementos dinâmicos, causadores dos processos históricos, internos e externos, o que exclui toda consideração de sociedades primitivas, que seriam carentes de dinamismo interno e consequentemente carentes de processos históricos.

O mesmo tipo de mudança cultural [causada pelo sistema mundial moderno], induzida por forças externas mas orquestrado de modo nativo, vem ocorrendo há milênios. Não somente porque as chamadas sociedades primitivas jamais foram tão isoladas quanto a antropologia em seus primórdios, obcecada pelo interesse evolucionista com o antigo, gostaria de acreditar (cf. Wolf, 1982). Os elementos dinâmicos em funcionamento – incluindo o confronto com um mundo externo, que tem determinações imperiosas próprias e com outros povos, que têm suas próprias intenções paroquiais – estão presentes por toda a experiência humana. A história é construída da mesma maneira geral

tanto no interior de uma sociedade, quanto entre sociedades. (SAHLINS, 2003, p. 9)

Desta maneira, os processos históricos, que levam a efeito a mudança de elementos culturais no interior de uma sociedade, estão presentes por toda a experiência humana. Nenhuma sociedade, por mais primitiva que se possa caracterizá-la, carece de entrar em contato com a cultura europeia para incorporar elementos dinâmicos de mudança cultural, a articulação com outras sociedades, e mesmo entre elementos diversos de uma mesma sociedade, já produz transformações cujas mudanças possuem uma processualidade histórica. Assim, fenômenos da linguagem podem acarretar mudanças culturais na religião; alterações econômicas podem favorecer reestruturações morais, esta lógica ilustra toda uma constelação cultural diversa e diversificada, inscrita no fenômeno da cultura que é essencialmente histórico.

Todas estas considerações argumentam em favor de se colocar o estudo dos processos históricos como algo elementar na investigação antropológica. Sem a percepção da historicidade da cultura, nenhum elemento do complexo cultural poderia ser corretamente compreendido, a apresentação de sua imagem presente ficaria sem profundidade histórica, deixando o fenômeno da cultura com uma aparência de mera superficialidade.

#### **2.4. Franz Boas e o método histórico**

Feitas estas rápidas considerações dos pensamentos de Tylor, Wolf e Sahlins, é chegada a hora de apresentar os argumentos de Franz Boas. Seus comentários foram deixados por último devido à ênfase que o mesmo atribui à

perspectiva do método histórico e sua importância para o trabalho antropológico.

Em seu texto de 1896 intitulado *As limitações do método comparativo da antropologia*, ele assevera:

É bom reafirmar, nesse momento, um dos objetivos principais da pesquisa antropológica. Concordamos que existam certas leis governando o desenvolvimento da cultura humana e nos empenhamos para descobri-las. O objetivo de nossa investigação é descobrir *os processos* pelos quais certos estágios culturais se desenvolveram. Os costumes e as crenças, em si mesmos, não constituem a finalidade última da pesquisa. Queremos saber as razões pelas quais tais costumes e crenças existem – em outras palavras, desejamos descobrir a história de seu desenvolvimento. (BOAS, 2009, p. 33)

Como dito acima, o objetivo antropológico por excelência não é simplesmente conhecer os costumes, e demais elementos culturais, mas, fundamentalmente, a história do desenvolvimento de tais elementos, isto é, os processos que fornecem profundidade histórica aos costumes tais como são observados pelo antropólogo.

Aqui surge uma questão de método; a percepção da mudança cultural, surgida através do estudo dos processos históricos, precisa ser levada a cabo a partir de uma tríplice consideração, a saber, a investigação deve focalizar as mudanças culturais através da consideração de: a) causas ambientais – externas, b) causas psicológicas – internas, c) conexões com outros processos, este último seria o mesmo que os campos de relações para Wolf. Assim, afirma Boas:

O estudo detalhado de costumes em sua relação com a cultura total da tribo que os pratica, em conexão com uma investigação de sua distribuição geográfica entre tribos vizinhas, propicia-nos quase sempre um meio de determinar com considerável precisão as causas históricas que levaram à formação dos costumes em questão e os processos psicológicos que atuaram em seu desenvolvimento. Os resultados das investigações conduzidas por esse método podem ser tríplices. Eles podem revelar as condições ambientais que criaram ou modificaram os elementos culturais; esclarecer fatores psicológicos que atuaram na configuração da cultura; ou nos mostrar os efeitos que as conexões históricas tiveram sobre o desenvolvimento da cultura. (BOAS, 2009, p. 33-34)

Com isso, tem-se a exposição detalhada dos elementos determinantes da mudança cultural. De um ponto de vista teórico, eles podem ser considerados os fatores constituintes de todo processo histórico, cujo resultado metodológico é a busca de suas variações em cada caso de investigação antropológica. Mas o fundamental é que os três estão sempre presentes na constituição dos elementos culturais, e portanto são sempre encontrados em todos os processos de mudança cultural.

No que tange à questão das suposta a-historicidade das sociedades primitivas Boas, no texto de 1932 *Os objetivos da pesquisa antropológica*, afirma:

A aparente estabilidade dos tipos de cultura primitivos deve-se à nossa falta de perspectiva histórica. Eles mudam muito mais lentamente que nossa moderna civilização, mas onde quer que a evidência arqueológica esteja disponível, encontram-se mudanças no tempo e no espaço. Uma investigação

cuidadosa mostra que aqueles aspectos que se presumiam ser quase absolutamente estáveis estão constantemente passando por mudanças. Alguns detalhes podem permanecer por um longo tempo, mas não se pode supor que o complexo cultural manteve suas características por um período de tempo muito longo. (BOAS, 2009, p. 102)

### 3. Conclusão

A afirmação de Boas segue alinhada com a dos outros autores elencados neste trabalho. A suposição de que existiria um tipo de cultura cujos elementos culturais não possuem estágios diferenciados e desenvolvimento ao longo do tempo é completamente rechaçada pelos autores. Talvez a única exceção seja Edward Tylor, embora, como foi aqui apresentado, sua concepção deixe antever certa dimensão de processualidade histórica presente em toda cultura.

Com isso, resulta que a investigação antropológica não pode prescindir do estudo dos processos históricos como uma parte consideravelmente importante de seu trabalho. A percepção e investigação da mudança histórica dos elementos culturais, segundo a perspectiva aqui defendida, é parte integrante de uma pesquisa que busque

abarcando o fenômeno da cultura em sua integralidade, com sua devida profundidade histórica, para além da mera superficialidade presentista.

### Referências

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Tradução e organização Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BOAS, Franz. **A formação da antropologia americana, 1883-1911**. Organização e introdução George W. Stocking Jr. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora UFRJ, 2004.

CASTRO, Celso. Apresentação. In: CASTRO, Celso. **Evolucionismo cultural, textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

TYLOR, Edward B. A ciência da cultura. In: CASTRO, Celso. **Evolucionismo cultural, textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

WOLF, Eric. As perspectivas globais na antropologia: problemas e possibilidades. In: ARIZPE, Lourdes (org.). **As dimensões culturais da transformação global: uma abordagem antropológica**. Brasília: Unesco, 2001. Cap. 2, pp-35-50.

WOLF, Eric. Cultura: panacéia ou problema? In: WOLF, Eric. **Antropologia e Poder, contribuições de Eric Wolf**. Brasília: Editora UnB, 2003. pp. 291-306.

*Recebido em 2013-10-23  
Publicado em 2014-01-01*